

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – PMBC
COMPRASGOV Nº 90040/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM A SER OFERTADO AO CONTRATANTE

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 29/04/2026

HORÁRIO DA SESSÃO: 09h30min

VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 9.986.818,20 (nove milhões novecentos e oitenta e seis mil oitocentos e dezoito reais e vinte centavos)

O edital e seus anexos estão disponíveis no site <https://www.bc.sc.gov.br>, na aba **LICITAÇÕES**.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou preferencialmente, por meio do **Protocolo Eletrônico**, disponível no site do Município.

Balneário Camboriú, SC, 09 de abril de 2026.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – PMBC COMPRASGOV Nº 90040/2026

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, por intermédio da Secretaria de Compras, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, pelo modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASGOV, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 29/04/2026.

Horário: 09h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras

Código UASG: 988039

Pregoeiro Designado: a definir.

Maiores informações: no endereço fixado no rodapé, pelo telefone (47) 3267-7000 - Secretaria de Compras, ou site: www.bc.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total com cobertura para danos próprios e contra terceiros, assistência 24 horas, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, quilometragem livre e monitoramento.

1.2. A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos, Autarquias e demais unidades administrativas do Município de Balneário Camboriú, observadas as especificações técnicas constantes deste Edital e do Termo de Referência.

1.3. O serviço objeto desta licitação é classificado como comum, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem disponibilização de motorista, sendo a condução dos veículos realizada por servidores ou agentes devidamente habilitados da Administração.

1.4. Entende-se por serviço inadequado aquele executado com qualidade inferior, fora das determinações legais, em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, diferente do exigido e ofertado.

1.5. As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento da contratação.

1.6. Quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado pela Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atuará como provedor do sistema eletrônico.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) - telefone: 0800 978 9001.

2.3. É dever do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelo uso da senha de acesso e pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

- I.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- III. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma do art. 87, incisos III ou IV, da Lei nº 8.666/1993, do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- VII. sociedade cooperativa que demande relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados;
- VIII. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- IX. Organizações da sociedade civil de interesse público;
- X. empresas que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- XI. empresa sob falência ou recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos neste edital.
- XII. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XIII. terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA PROPOSTA DE PREÇO

3.1. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme modelo em anexo do Edital.

- I. O licitante deverá indicar, de forma expressa no sistema eletrônico, o valor do item, com até duas casas decimais, já inclusos todos os tributos, frete, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
 - II. A fase de lances será disputada pelo valor unitário;
 - III. A proposta de preço a ser anexada ao Comprasgov deverá conter a indicação do item, descritivo, unidade de medida, quantidade, valor unitário e valor total (vide modelo de proposta indicado no Anexo II do Edital);
- 3.2.** A proposta apresentada será irretratável e irrenunciável, não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.
- 3.3.** Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.
- 3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:
- I. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - II. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
 - III. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - IV. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5.** O licitante enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.6.** A falsidade das declarações de que tratam os subitens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções

previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.7. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.8.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de promover, quando requerido, sua substituição.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- II.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE LANCES

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão ocorrerá por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicadas no preâmbulo.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e o licitante ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

4.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado

pelo sistema.

4.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

4.7. O licitante apresentará lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

4.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.12. Após o reinício previsto no subitem supra, o licitante será convocado para apresentar lances intermediários.

4.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.15. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances.

4.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para

divulgação.

4.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.19. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (não seguidas de lances), haverá uma disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

4.19.1. Persistindo o empate, será oportunizado aos licitantes possibilidade de encaminhar seus documentos de proposta e de habilitação no prazo mínimo de duas horas.

4.19.2. Caso as empresas permaneçam inertes quanto aos valores inicialmente propostos, será utilizado, como critério de desempate, o dispositivo insculpido no art. 60, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, visando fomentar a economia regional.

4.20. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 8.981/2018:

- I.** Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- II.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- III.** Caso a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, será convocado os demais licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- IV.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente

classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mantido pelo Ministério do Planejamento <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf>;
- II. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- III. CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- IV. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/combate-a-corrupcao-enccla/cadastro-nacional-de-condenados-por-crimes-de-improbidade-administrativa/>;
- V. TCU - Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

5.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem 3.5 fica limitada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.5. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme art. 61 da Lei 14.133/2021.

5.6. Será solicitado aos licitantes que, no prazo de 2 (duas) horas, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e dos seguintes documentos complementares:

- I. Declaração de não Parentesco;

II. Termo de Anuência;

III. Proposta atualizada constando itens, descritivos, unidades de medida, quantidades, valor unitário e valor total, sendo considerados como máximo aceitável os valores unitários dispostos na Relação de Itens do Objeto – Anexo I.

5.6.1. Não haverá exigência de amostra para fins de julgamento, sem prejuízo da realização de diligências técnicas pelo Pregoeiro, quando necessário, para comprovação da exequibilidade da proposta e do atendimento às exigências do Termo de Referência.

5.7. O licitante que, quando convocado, deixar de enviar a documentação acima exigida ou de atender às diligências solicitadas será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

5.8. A proposta deve, obrigatoriamente, contemplar 100% do quantitativo do item em que a licitante é proponente.

5.9. Na omissão dos prazos de execução e validade da proposta, serão considerados os constantes deste edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o menor preço.

5.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I.** Contiver vícios insanáveis;
- II.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.11. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME 73/2022.

5.13. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.14 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.16. O Pregoeiro, objetivando os princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, exigirá que a proposta atualizada seja encaminhada, via sistema, em conjunto com os documentos de habilitação, caso estes não estejam disponíveis no SICAF.

5.17. Na hipótese acima, caso o licitante apresente documentação viciada, será concedido o prazo adicional de duas horas para o envio dos documentos escoimados.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constante do sistema, através da Declaração SICAF.

6.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

6.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

- I.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

6.9. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, para efeito de sua regularização posterior, conforme art. 22 do Decreto Municipal 8.981/2018.

6.10. Habilitação jurídica:

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.11. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.12. Qualificação econômico-financeira:

- I. Certidão negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, quando não constar expressamente no documento o seu prazo de validade.
 - a) Será aceita a empresa em recuperação judicial, desde que comprovado, no momento da entrega da documentação exigida, que o plano de recuperação está aprovado (homologado) pelo Juízo competente.

6.13. Qualificação Técnica:

- I. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações, condições de execução e peculiaridades inerentes ao objeto da presente licitação;
- II. Declaração formal de que a licitante disporá, durante toda a execução contratual, de veículos, estrutura operacional, pessoal técnico e administrativo, rede de atendimento, sistema de suporte, assistência 24 horas, meios logísticos, oficinas credenciadas ou próprias, cobertura securitária e demais recursos necessários e indispensáveis à perfeita execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação;
- III. Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade objeto da presente contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, consistente na prestação de serviços de locação de veículos automotores;
 - a) O atestado deverá ser emitido em papel timbrado do tomador dos serviços, discriminando os dados da empresa contratada e trazendo informações imprescindíveis à verificação da aptidão técnica, como local de prestação dos serviços, atividades executadas, quantitativos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como indicação de cumprimento de prazos e qualidade dos serviços prestados;
 - b) O atestado de capacidade técnica emitido pelos Órgãos e Entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Balneário Camboriú após o dia 08/06/2016 deve estar de acordo com o [Decreto Municipal nº 8.195, de 8 de junho de 2016](#).

6.14. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.15. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.16. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

6.17. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura.

6.18. Os documentos exigidos neste Edital poderão não ser aceitos, quando apresentados mediante cópias ilegíveis ou com datas rasuradas, sendo que ao licitador, reserva-se o direito de solicitar o

original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário fazer a devida diligência, nos termos da lei, facultando ainda, tomar as medidas necessárias, no caso de fraude ou má fé.

6.19. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

6.20. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Secretaria de Compras, situada na Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal – CEP: 88338-900.

7. DOS RECURSOS

7.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento dos documentos apresentados pelo licitante:

- I.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente e motivadamente, sob pena de preclusão;
- II.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

7.2.1. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no tempo estimado indicado durante a sessão pública, importará na decadência desse direito, hipótese em que não será admissível qualquer requerimento protocolizado a posteriori.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.4.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, os prazos supracitados poderão ser majorados.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, em campo próprio do sistema, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em

campo próprio do sistema.

7.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV.** IV. Deixar de apresentar documentação complementar exigida em diligência;
- V.** V. Apresentar proposta ou documentação técnica em desacordo com as especificações do Edital;
- VI.** Deixar de apresentar documentação exigida;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

8.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

8.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração ou informações falsas durante a licitação.

8.1.6. Fraudar a licitação.

8.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III. III. Apresentar documento materialmente falso, adulterado ou inidôneo.

8.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante e/ou adjudicatário as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado.

8.5. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.6. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, qual seja, Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.10. Será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9 acima, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou de impugnar os termos do edital, qualquer pessoa que não protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, o prazo de que trata o subitem 9.2 poderá ser majorado.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados, de forma eletrônica, no site da Prefeitura, por meio do link “PROTOCOLO” (<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>), em que o licitante deverá:

- I. No campo “Assunto” selecionar a opção “SECC - Pedido de Esclarecimento de Edital de Licitação” ou “SECC - Impugnação de Edital de Licitação”, fazendo constar a modalidade e o número da licitação, o objeto e seu conteúdo, sob pena de não reconhecimento.
- II. Informar a modalidade, o número da licitação e identificar o dispositivo do edital que pretende impugnar ou esclarecer no campo “Descrição”.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.7. Não logrará êxito o licitante que, tendo apresentado proposta de preço sem objeção aos termos do edital, venha a apontar, depois da abertura da sessão pública, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Disponibilizar, conforme a demanda da Administração e nos prazos previstos no Termo de Referência, veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, em plenas condições de circulação, segurança, conservação e funcionamento, observadas as especificações mínimas de cada item.

10.2. Assumir integral responsabilidade por tributos, taxas, licenciamento, emplacamento, seguro obrigatório quando aplicável, seguro total, assistência 24 horas, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, pneus, acessórios, remoção, reboque e demais encargos incidentes sobre os veículos.

10.3. Indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para tratativas relativas à entrega, manutenção, sinistros, recolhimentos e substituições.

10.4. Providenciar, sem ônus adicional para a contratante, a substituição do veículo por outro de categoria equivalente ou superior sempre que houver indisponibilidade por pane, sinistro, furto, roubo, manutenção preventiva ou corretiva, nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

10.5. Entregar cada veículo devidamente abastecido, acompanhado de CRLV, comprovante de quitação do IPVA, regularidade do seguro obrigatório quando aplicável, apólice de seguro vigente e demais documentos exigidos no Termo de Referência.

10.6. Instalar e manter, quando exigido para o item, sistema de rastreamento e monitoramento em funcionamento, com acesso web e/ou aplicativo, identificação por veículo, acompanhamento em tempo real e relatórios gerenciais.

10.7. Providenciar a identificação visual dos veículos conforme padrão institucional definido pela Administração, vedada a inserção de marca, logotipo ou elemento promocional da contratada, salvo exigência legal.

10.8. Retirar, ao término do contrato, todos os elementos de identificação visual e quaisquer equipamentos instalados, promovendo a restauração do veículo às suas condições originais, sem ônus para a Administração.

10.9. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos no Edital e na legislação aplicável.

10.10. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respondendo pelos vícios e danos decorrentes do objeto, reparando imediatamente quaisquer falhas, irregularidades ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Emitir a Ata de Registro de Preços e, quando necessário, os instrumentos contratuais, autorizações de fornecimento, notas de empenho e demais atos necessários à execução do objeto.

11.2. Designar gestor e fiscais do contrato, promovendo o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual na forma da legislação aplicável e do Termo de Referência.

11.3. Receber provisória e definitivamente os veículos disponibilizados, desde que atendidas as exigências contratuais e técnicas estabelecidas.

11.4. Efetuar o pagamento mensal na forma e no prazo previstos neste Edital e no Termo de

Referência, após a regular liquidação da despesa.

11.5. Comunicar formalmente à contratada as ocorrências que demandem manutenção, assistência, substituição, regularização documental ou qualquer outra providência, inclusive em caso de sinistro ou pane.

11.6. Arcar com o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito atribuíveis a seus condutores autorizados, observados os procedimentos de identificação, defesa e regularização previstos no Termo de Referência.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e após a regular liquidação da despesa.

12.2. Constatada qualquer irregularidade, incorreção ou ausência de elementos obrigatórios na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento ficará suspenso, reiniciando-se sua contagem a partir da reapresentação do documento devidamente regularizado, sem ônus para a contratante.

12.3. Para fins de liquidação e pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal, trabalhista e perante o FGTS.

12.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

12.5. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal (STF), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

12.6. Os valores registrados poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA – Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, conforme art. 25, II, do Decreto nº 11.462/2023.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- I. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Será formalizada Ata de Registro de Preços contemplando a relação de itens constante do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, os preços registrados e as demais condições da proposta adjudicada.

13.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preço registrado implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos estimados.

13.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo dos remanejamentos admitidos na forma da legislação aplicável.

13.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 20 do

Decreto nº 11.462/2023.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Justifica-se a utilização de códigos genéricos/similares do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do SIASG, em razão do sistema Compras.gov.br, não possuir as especificações do objeto desta licitação tal qual como foram descritos pela equipe técnica. Nesse sentido, quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.gov.br/compras, bem como no sítio oficial do município de Balneário Camboriú <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. O licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bc.sc.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I. Relação de itens do objeto;

Anexo II. Modelo de proposta financeira;

Anexo III. Modelo de declaração de parentesco;

Anexo IV. Modelo do termo de anuência para citação e intimação por meio eletrônico;

Anexo V. Declaração de conhecimento das condições locais;

Anexo VI. Declaração de disponibilidade técnica;

Anexo VII. Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VIII. Minuta do Contrato;

Anexo IX. Termo de Referência: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacao.cfm?codigo=4636>

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura contratação, será competente o Foro da Cidade de Balneário Camboriú/SC, com renúncia aos demais.

Balneário Camboriú, 09 de abril de 2026.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DO EDITAL

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
1	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 130 cv, (4 portas), tração mínima 4x2; direção elétrica ou hidráulica; combustível: flex; transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; tanque de combustível: mínimo de 50 (litros), sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.	CARRO/ MÊS	396	4.529,33	1.793.614,68
2	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 160 cv, cabine dupla (4 portas), tração mínima 4x4; direção elétrica ou hidráulica; combustível: diesel; tanque de no mínimo 50 (litros). transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.	CARRO/ MÊS	180	9.654,54	1.737.817,20
3	Locação de veículo automotor de transporte de passageiros, categoria utilitário (SUV), minivan ou similar, zero quilômetro, cor branca, com no mínimo 4 (quatro) portas laterais e tampa traseira, capacidade mínima para 7 (sete) ocupantes, admitidas configurações superiores, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol, bicomcombustível (flex); transmissão automática; direção elétrica ou hidráulica; ar-condicionado manual, automático ou digital; vidros elétricos, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou	CARRO/ MÊS	540	5.297,23	2.860.504,22

Balneário Camboriú - Capital Catarinense do Turismo - CNPJ: 83.102.285/0001-07

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
	Apple CarPlay, câmera de ré ou sistema equivalente de auxílio em manobras, sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Citroën Aircross, Chevrolet Spin, Jeep Commander, CAO A Chery Tiggo 8.				
4	Locação de veículo automotor, tipo sedã compacto, cor branca, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, obrigatoriamente bicomcombustível (flex), com potência mínima de 105 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado manual ou digital, com no mínimo vidros elétricos nas 2 (duas) portas dianteiras, travas elétricas, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré ou sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 15", no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Chevrolet Onix Plus, Nissan Versa, Honda City Sedan, Hyundai HB20S, Fiat Cronos, Volkswagen Virtus.	CARRO/ MÊS	924	3.292,78	3.042.528,72
5	Locação de veículo automotor, tipo sedã médio/executivo ou superior, cor: preto, prata, cinza ou branco, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol ou bicomcombustível (flex), com potência mínima de 140 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado digital, vidros elétricos nas 4 (quatro) portas, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré, sensor de estacionamento traseiro ou dianteiro e traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 6 (seis) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Toyota Corolla, Nissan Sentra, Volkswagen Jetta.	CARRO/ MÊS	60	5.758,89	345.533,40

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
6	Locação de veículo utilitário leve de carga, tipo furgão compacto, zero quilômetro, cor branca, com cabine para 2 (dois) ocupantes, motorização a combustão interna, obrigatoriamente bicomustível (flex), potência mínima de 100 cv, transmissão manual ou automática, direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica, ar-condicionado na cabine, compartimento de carga fechado, com acesso, pelo menos, por porta lateral deslizante ou solução equivalente do fabricante, capacidade útil mínima de carga de 650 kg, volume mínimo do compartimento de carga de 3,0 m³, freios com sistema ABS ou tecnologia superior, airbags frontais, e todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente. Exemplos: Fiat Fiorino, Peugeot Partner Rapid, Renault Kangoo.	CARRO/ MÊS	60	3.447,00	206.820,00
Valor Total (R\$)					9.986.818,20

Observações:

1. Os valores acima representam os preços máximos admitidos para fins de julgamento, observadas as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência;
2. O quantitativo total de 2.160 CARRO/MÊS corresponde à projeção estimada de 180 veículos ao longo da vigência contratual de 12 meses;
3. Indicação de Recursos da Unidade Central (SEGOV) - Dotação Orçamento: 94 - 1 . 58001 . 4 . 122 . 5010 . 2.208 . 0 . 339000 – Aplicações;
4. A indicação de recursos orçamentários das Unidades Participantes, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, será indicada por ocasião da formalização dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Prezado Pregoeiro,

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2026 - PMBC - Carta-Proposta.

Apresentamos nossa “Carta Proposta” (assinada) para a prestação dos serviços objeto do edital, com todas as despesas inclusas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Pessoa para contatos:
Fone/Fax:
E-mail:
Domicílio bancário:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório, estar ciente de que, neste ato, deverá estar regular perante a Seguridade Social (INSS) e FGTS, obrigações sociais e trabalhistas, bem assim, atender a todas as demais exigências de habilitação que regem a presente licitação e seus anexos integrantes, mantendo todas as condições até o final de vigência contratual.

2.2. No valor indicado na tabela abaixo estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos exigidos para execução do objeto, compreendendo, integralmente às especificações mínimas exigidas no Termo de Referência, inclusive quanto à condição de zero quilômetro, cobertura securitária, manutenção, assistência 24 horas, substituição por indisponibilidade, quilometragem livre, sistema de rastreamento e monitoramento, insumos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
1	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 130 cv, (4 portas), tração mínima 4x2; direção elétrica ou hidráulica; combustível: flex;	CARRO/ MÊS	396		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
	transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; tanque de combustível: mínimo de 50 (litros), sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.				
2	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 160 cv, cabine dupla (4 portas), tração mínima 4x4; direção elétrica ou hidráulica; combustível: diesel; tanque de no mínimo 50 (litros). transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.	CARRO/ MÊS	180		
3	Locação de veículo automotor de transporte de passageiros, categoria utilitário (SUV), minivan ou similar, zero quilômetro, cor branca, com no mínimo 4 (quatro) portas laterais e tampa traseira, capacidade mínima para 7 (sete) ocupantes, admitidas configurações superiores, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol, bicomcombustível (flex); transmissão automática; direção elétrica ou hidráulica; ar-condicionado manual, automático ou digital; vidros elétricos, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré ou sistema equivalente de auxílio em manobras, sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Citroën Aircross, Chevrolet Spin, Jeep Commander, CAO A Chery Tiggo 8.	CARRO/ MÊS	540		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
4	Locação de veículo automotor, tipo sedã compacto, cor branca, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, obrigatoriamente bicomcombustível (flex), com potência mínima de 105 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado manual ou digital, com no mínimo vidros elétricos nas 2 (duas) portas dianteiras, travas elétricas, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré ou sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 15", no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Chevrolet Onix Plus, Nissan Versa, Honda City Sedan, Hyundai HB20S, Fiat Cronos, Volkswagen Virtus.	CARRO/ MÊS	924		
5	Locação de veículo automotor, tipo sedã médio/executivo ou superior, cor: preto, prata, cinza ou branco, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol ou bicomcombustível (flex), com potência mínima de 140 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado digital, vidros elétricos nas 4 (quatro) portas, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré, sensor de estacionamento traseiro ou dianteiro e traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 6 (seis) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Toyota Corolla, Nissan Sentra, Volkswagen Jetta.	CARRO/ MÊS	60		
6	Locação de veículo utilitário leve de carga, tipo furgão compacto, zero quilômetro, cor branca, com cabine para 2 (dois) ocupantes, motorização a combustão interna, obrigatoriamente bicomcombustível (flex), potência mínima de 100 cv, transmissão manual ou automática, direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica, ar-condicionado na cabine, compartimento de carga	CARRO/ MÊS	60		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
	fechado, com acesso, pelo menos, por porta lateral deslizante ou solução equivalente do fabricante, capacidade útil mínima de carga de 650 kg, volume mínimo do compartimento de carga de 3,0 m³, freios com sistema ABS ou tecnologia superior, airbags frontais, e todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente. Exemplos: Fiat Fiorino, Peugeot Partner Rapid, Renault Kangoo.				
Valor Total (R\$)					

2.3. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

2.4. Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, seja qual for o motivo.

2.5. O prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias corridos, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

2.6. Declaro que executaremos os serviços nos termos e prazos estabelecidos no Edital e seus anexos.

2.7. Desde já, declaro pleno conhecimento e concordância com todas as exigibilidades do Edital e seus Anexos.

2.8. A Empresa _____ declara-se ciente de estar sujeita à aplicação das penalidades previstas no Edital, em caso de não cumprimento de qualquer dos prazos fornecidos.

Local (...), data (...).

(Assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Não possuir proprietário, sócio ou empregado que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
2. Não possuir proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por fim, DECLARA estar ciente de que a declaração falsa a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Por fim, DECLARA que comunicará qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas, ciente de que a não comunicação a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO IV – TERMO DE ANUÊNCIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

NOME DO LICITANTE: (...)
ENDEREÇO COMPLETO: (...)
TELEFONE: (...)
E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Que autoriza e concorda com o recebimento das citações e intimações exclusivamente por meio eletrônico em eventual processo administrativo de apuração de responsabilidade e penalização pela prática de atos irregulares em processos licitatórios, contratos administrativos ou documento de vínculo obrigacional para com o Município de Balneário Camboriú.
2. Estar ciente de que todos os atos processuais serão digitais e em formato eletrônico, por meio da plataforma 1Doc ou de nova plataforma eletrônica que venha a substituí-la.
3. Estar ciente de que as citações e intimações serão consideradas como válidas no momento em que a plataforma registrar o recebimento e a leitura do e-mail.
4. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

NOME DO LICITANTE: (...)
ENDEREÇO COMPLETO: (...)
TELEFONE: (...)
E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Ter pleno conhecimento de todas as informações previstas nos documentos que instruem o Pregão Eletrônico nº __/2026 – PMBC, inclusive quanto às condições de execução do objeto, aos locais futuramente definidos para entrega dos veículos, às rotinas operacionais da Administração Municipal e às exigências técnicas e contratuais relativas à prestação dos serviços de locação de veículos automotores, para o fiel cumprimento das obrigações assumidas e a adequada execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato ou condição.

Por fim, DECLARA conhecer e concordar com todas as obrigações e exigências previstas no instrumento convocatório e nos demais documentos que integram o processo licitatório, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Local (...), data (...).

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA

NOME DO LICITANTE: (...)
ENDEREÇO COMPLETO: (...)
TELEFONE: (...)
E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Que disponibilizará veículos automotores em conformidade com as especificações exigidas no edital e em seus anexos, bem como toda a estrutura técnica, operacional e administrativa necessária à execução do objeto desta licitação, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, suporte logístico, rede de atendimento e demais recursos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
2. Estar ciente de que a declaração falsa a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local (...), data (...).

NOME DO
REPRESENTANTE NOME
DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ** dias do ***** de ****, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, situado na Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.338-900, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. *****, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº **.*.*/****-**, situada na Rua *****, nº ****, Bairro *****, CEP **.*.*/****-**, Cidade/Estado, representada neste ato pelo seu representante legal, *****, inscrito no CPF nº *.*.*.*/****-**, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem firmar o presente ajuste e registrar o(s) preço(s) nesta Ata, atendendo às condições previstas no Pregão Eletrônico nº __/2026 - PMBC, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, quilometragem livre e sistema de rastreamento e monitoramento, nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 042/2026 - PMBC, no Termo de Referência e na proposta vencedora, que integram esta Ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, FORNECEDOR e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
1	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 130 cv, (4 portas), tração mínima 4x2; direção elétrica ou hidráulica; combustível: flex; transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; tanque de combustível: mínimo de 50 (litros), sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.	CARRO/ MÊS	396		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
2	Locação de veículo utilitário cabine dupla tipo pick-up, com as seguintes características: 5 ocupantes, na cor branca, veículo novo sem uso, capacidade de carga mínima 1000 kg; motor de no mínimo 2.0 cilindradas, ou potência do motor mínima de 160 cv, cabine dupla (4 portas), tração mínima 4x4; direção elétrica ou hidráulica; combustível: diesel; tanque de no mínimo 50 (litros). transmissão manual com 5 ou 6 marchas; ar condicionado, protetor de cárter, protetor de caçamba; travas elétricas; freios abs, airbags frontal, vidros elétricos nas 4 portas, computador de bordo, sistema som e ou multimídia; sem motorista, seguro e todos equipamentos de série e exigidos por lei.	CARRO/ MÊS	180		
3	Locação de veículo automotor de transporte de passageiros, categoria utilitário (SUV), minivan ou similar, zero quilômetro, cor branca, com no mínimo 4 (quatro) portas laterais e tampa traseira, capacidade mínima para 7 (sete) ocupantes, admitidas configurações superiores, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol, bicomcombustível (flex); transmissão automática; direção elétrica ou hidráulica; ar-condicionado manual, automático ou digital; vidros elétricos, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré ou sistema equivalente de auxílio em manobras, sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Citroën Aircross, Chevrolet Spin, Jeep Commander, CAO A Chery Tiggo 8.	CARRO/ MÊS	540		
4	Locação de veículo automotor, tipo sedã compacto, cor branca, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, obrigatoriamente bicomcombustível (flex), com potência mínima de 105 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado manual ou digital, com no mínimo	CARRO/ MÊS	924		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
	vidros elétricos nas 2 (duas) portas dianteiras, travas elétricas, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré ou sensor de estacionamento traseiro, rodas aro mínimo 15", no mínimo 4 (quatro) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Chevrolet Onix Plus, Nissan Versa, Honda City Sedan, Hyundai HB20S, Fiat Cronos, Volkswagen Virtus.				
5	Locação de veículo automotor, tipo sedã médio/executivo ou superior, cor: preto, prata, cinza ou branco, zero quilômetro, com 4 (quatro) portas laterais, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, motorização a combustão interna, aspirada ou turboalimentada, movida a gasolina, etanol ou bicomcombustível (flex), com potência mínima de 140 cv, transmissão automática, direção elétrica ou hidráulica, ar-condicionado digital, vidros elétricos nas 4 (quatro) portas, travas elétricas, retrovisores externos com ajuste elétrico, central multimídia compatível com Android Auto e/ou Apple CarPlay, câmera de ré, sensor de estacionamento traseiro ou dianteiro e traseiro, rodas aro mínimo 16", freios com sistema ABS ou tecnologia superior, no mínimo 6 (seis) airbags e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. Exemplos: Toyota Corolla, Nissan Sentra, Volkswagen Jetta.	CARRO/ MÊS	60		
6	Locação de veículo utilitário leve de carga, tipo furgão compacto, zero quilômetro, cor branca, com cabine para 2 (dois) ocupantes, motorização a combustão interna, obrigatoriamente bicomcombustível (flex), potência mínima de 100 cv, transmissão manual ou automática, direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica, ar-condicionado na cabine, compartimento de carga fechado, com acesso, pelo menos, por porta lateral deslizante ou solução equivalente do fabricante, capacidade útil mínima de carga de 650 kg, volume mínimo do compartimento de carga de 3,0 m³, freios com sistema ABS ou tecnologia superior, airbags frontais, e todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente. Exemplos: Fiat Fiorino, Peugeot Partner Rapid, Renault Kangoo.	CARRO/ MÊS	60		

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
Valor Total (R\$)					

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.2. A contratação com o FORNECEDOR registrado poderá ser formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou ordem de serviço.

3.3. A solicitação para cada evento será encaminhada preferencialmente por meio eletrônico/1Doc.

3.4. Os veículos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, no âmbito do Município de Balneário Camboriú, ou em outro local formalmente designado na respectiva Autorização de Fornecimento, acompanhados da documentação exigida no edital e em seus anexos.

3.5. Todas as despesas relacionadas à execução do objeto correrão por conta do FORNECEDOR, inclusive aquelas decorrentes da disponibilização dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, substituição em caso de indisponibilidade, tributos, taxas, licenciamento, emplacamento, transporte, logística de entrega e retirada, bem como demais custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento contratual.

3.6. Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR disponibilizar os veículos em conformidade com as especificações exigidas, em perfeitas condições de circulação, segurança, conservação e funcionamento, bem como assegurar toda a estrutura técnica, operacional e administrativa necessária à execução do objeto, incluindo suporte logístico, rede de atendimento, e demais meios indispensáveis à adequada e contínua prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1. O pagamento pela prestação dos serviços objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.2. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada.

4.3. O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta Ata.

4.4. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.5. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

4.6. Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na Ata de Registro de Preços, e tendo o FORNECEDOR, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

5.1. O processamento da licitação será realizado pela Secretaria de Compras e Convênios, cabendo à Secretaria de Governo, Inovação e Orçamento, por meio do Departamento de Logística, a coordenação técnico-operacional do registro de preços, sem prejuízo da atuação das unidades administrativas participantes nas contratações decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.4. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. O instrumento contratual de que trata o subitem 7.4 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art.

124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes.

7.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.10. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

7.11. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no subitem 11.

7.12. O preço registrado com indicação do licitante será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.13. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou FORNECEDOR convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.15. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital.

7.16. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.17. Na hipótese de nenhum dos licitantes, que trata o subitem 7.16, aceitar a contratação a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

7.18. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.19. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.20. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições

estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

8.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.4. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

CLÁUSULA NONA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.6. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos dos subitens 11.1 a 11.6, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.8. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do subitem anterior, o órgão procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos dos subitens 11.9 a 11.12, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 9.5 e no subitem 9.6, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 11.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado pelo gerenciador, quando o FORNECEDOR:
- 11.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- 11.3. Recusar a nota de empenho ou autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 11.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 27, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou
- 11.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 11.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 11.1 a 11.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 11.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 11.9. Por razão de interesse público;
- 11.10. A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 11.11. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do arts. 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

- 12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital ou no aviso de contratação direta.
- 12.2. É atribuição da Secretaria de Compras a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

12.3. O órgão gerenciador deverá comunicar à Secretaria de Compras qualquer das ocorrências previstas nos subitens 11.1 a 11.6, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do FORNECEDOR, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É competente o foro da Comarca da Balneário Camboriú/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

15.1. Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

Balneário Camboriú, ** de ***** de ****.

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

TERMO Nº **/****

Contrato administrativo decorrente de Ata de Registro de Preços para a prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, quilometragem livre e sistema de rastreamento e monitoramento.

Aos ** dias do ***** de ****, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, situada na rua Dinamarca, nº 320, bairro das Nações, CEP 88.338-900, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. *****, nomeado pela Portaria nº **./**./****, inscrito no CPF nº **.*.*.*.***-**, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **MUNICÍPIO**, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº **.*.*.*.***./****-**, situada na rua *****, nº ****, bairro *****, CEP **.*.*.*-**, Cidade, Estado, representada neste ato pelo seu representante legal, *****, inscrito no CPF nº **.*.*.*.***-**, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, decorrente da Concorrência Eletrônica nº **./****- *****, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro total com cobertura para danos próprios e contra terceiros, assistência 24 horas, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, quilometragem livre e sistema de rastreamento e monitoramento, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

1.2. Item objeto da contratação:

Item	Especificação resumida	Unidade	Quant./Prazo	Valor total (R\$)
—	Conforme item(ns) adjudicado(s) e formalizado(s) no instrumento de contratação	Carro/mês	Conforme instrumento	—

1.3. Integram e completam o presente contrato como se transcritos estivessem obrigando as partes em todos os seus termos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 042/2026 - PMBC, o Termo de Referência,

a Ata de Registro de Preços, a proposta da CONTRATADA e demais documentos que integram o processo licitatório de origem e a proposta declarada vencedora.

1.4. O regime de execução é o de prestação de serviços continuados, por preço unitário mensal por item efetivamente disponibilizado e aceito pela Administração, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem disponibilização de motorista.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. A vigência inicial do presente contrato será de até *** meses, contados da sua assinatura ou da data expressamente indicada no instrumento, admitidas prorrogações sucessivas, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, até o limite máximo de *** meses, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.

2.2. A vigência contratual terá início na data da celebração do termo contratual e findará em 30 (trinta) dias após o término do prazo de execução.

2.3. O prazo para disponibilização e entrega dos veículos será de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente emitido pela CONTRATANTE.

2.4. Os veículos deverão permanecer em condições plenas de circulação, segurança, conservação, regularidade documental e funcionamento durante toda a vigência contratual.

2.5. Qualquer alteração dos prazos inicialmente previstos neste contrato ou nos demais documentos que integram o processo licitatório de origem será formalizada por meio de documento escrito subscrito pelo CONTRATADO, gestor e demais autoridades competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A gestão e a fiscalização do contrato observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 117, bem como o Decreto Municipal nº 11.210/2023 e demais normas internas aplicáveis.

3.1.1. Para os fins deste contrato, a Secretaria de Governo exercerá a função de Gestora do Contrato, competindo-lhe a coordenação geral do acompanhamento da execução contratual, a consolidação das informações produzidas pela fiscalização, a adoção das providências administrativas cabíveis e a interlocução com os demais setores envolvidos.

3.1.2. O Departamento de Logística exercerá a função de Fiscal Técnico do Contrato, incumbindo-lhe o acompanhamento da execução sob os aspectos operacionais e técnicos, especialmente quanto à disponibilidade da frota, ao atendimento das especificações exigidas, à regularidade da manutenção, à substituição de veículos, ao funcionamento dos equipamentos e sistemas embarcados e à aferição da qualidade, do tempo e do modo de execução contratual.

3.1.3. Os órgãos e entidades participantes indicarão formalmente seus fiscais administrativos e setoriais os quais atuarão no âmbito de cada unidade contratante, em articulação com o gestor do contrato e com o fiscal técnico.

3.2. Os fiscais poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no [art. 26 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.3. As atividades de gestão e de fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

3.4. Caberá ao gestor e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.4.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os [incs. II, III e IV do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.4.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.4.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.4.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.4.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o [inc. I do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.4.6. Elaborar o relatório final de que trata a [alínea "d" inc. VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato.

3.4.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

3.4.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

conforme disposto em regulamento.

3.4.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no [art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#), mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.4.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#) ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

3.5. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.5.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor com informações pertinentes às suas competências.

3.5.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.5.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

3.5.4. Informar ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.5.5. Comunicar imediatamente ao gestor quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

3.5.6. Fiscalizar a execução para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor para ratificação.

3.5.7. Comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.5.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no [inc. VII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.5.9. Auxiliar o gestor com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, conforme o disposto no [inc. VIII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.5.10. Realizar o recebimento provisório do objeto referido no [art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#), mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.6. Caberá ao fiscal administrativo e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

3.6.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas.

3.6.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

3.6.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.6.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no [inc. VII do art. 21 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.6.6. Auxiliar o gestor com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, conforme o disposto no [inc. VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

3.6.7. Realizar o recebimento provisório do objeto referido no [art. 25 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#), mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

3.7. Caberá ao fiscal setorial e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o [art. 22 e o art. 23 do Decreto Municipal nº 11.210/2023](#).

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação integral do objeto contratual.

4.2. A utilização, pela CONTRATADA, de oficinas credenciadas, seguradoras, empresas de reboque, assistência 24 horas, rastreamento, monitoramento ou outros prestadores de suporte operacional não afasta, reduz ou transfere sua responsabilidade integral perante a CONTRATANTE pela execução do objeto e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.3. Sempre que solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade e a capacidade operacional de sua rede de apoio, oficinas, prestadores de assistência e demais estruturas utilizadas na execução contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ _____
(_____), correspondente aos itens efetivamente contratados e aos respectivos valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços e constantes da proposta da CONTRATADA.

5.2. No valor pactuado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, taxas, licenciamento, emplacamento, seguro obrigatório quando aplicável, seguro total, assistência 24 horas, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, pneus, acessórios, remoção, reboque, rastreamento e monitoramento, identificação visual e quaisquer outros encargos incidentes sobre os veículos.

5.3. É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer acréscimo remuneratório em razão de custos ordinários, encargos inerentes à execução do objeto ou alegações de desconhecimento das condições do contrato, do edital ou do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e após a regular liquidação da despesa.

6.2. O CONTRATADO deve apresentar a nota fiscal referente à parcela concluída, instruída dos documentos abaixo, que deverão estar dentro do prazo de validade:

- I. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do CONTRATADO, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- III. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND);
- IV. Comprovação da capacitação de todos os trabalhadores envolvidos na execução do contrato sobre saúde e segurança do trabalho, nos termos da [Lei Municipal nº 4.346/2019](#).

6.4. Havendo erro ou qualquer incorreção na nota fiscal ou nos documentos que a instruem, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.5. O CONTRATANTE não se responsabiliza por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO que porventura não tenha sido prevista neste contrato.

6.7. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao [Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na [Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os valores contratados poderão ser reajustados mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber provisória e definitivamente os veículos disponibilizados, desde que atendidas as exigências contratuais e técnicas estabelecidas.

8.2.1. O recebimento provisório será formalizado por meio de termo detalhado emitido pela fiscalização, atestando a conformidade inicial do objeto. Caso sejam identificadas inconsistências ou descumprimento das exigências contratuais, a CONTRATADA será notificada para sanar as irregularidades em prazo fixado pela fiscalização.

8.2.2. Após o recebimento provisório e a verificação do cumprimento de todas as condições contratuais, o Gestor do Contrato e/ou os fiscais administrativos das unidades demandantes promoverão o recebimento definitivo dos veículos, mediante termo que comprove o atendimento integral das exigências contratuais.

8.2.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, irregularidades ou incorreções que venham a ser identificados durante a vigência do contrato ou no curso de sua execução.

8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.5. Comunicar formalmente à CONTRATADA as ocorrências que demandem manutenção, assistência, substituição, regularização documental ou qualquer outra providência relacionada à execução do objeto.

8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.7. Cientificar o Secretário de Compras para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Efetuar o pagamento na forma e no prazo previstos neste contrato, após a regular liquidação da despesa.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Disponibilizar, conforme a demanda da Administração e nos prazos previstos no Termo de Referência, veículos automotores zero quilômetro, sem motorista, em plenas condições de circulação, segurança, conservação e funcionamento, observadas as especificações mínimas de cada item.

9.2. Executar o objeto em estrita conformidade com este contrato, com o Edital, com o Termo de Referência, com a legislação aplicável, com as recomendações dos fabricantes, com as resoluções do CONTRAN, com as normas técnicas pertinentes e com as melhores práticas de mercado.

9.3. Assumir integral responsabilidade por tributos, taxas, licenciamento, emplacamento, seguro obrigatório quando aplicável, seguro total, assistência 24 horas, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, pneus, acessórios, remoção, reboque e demais encargos incidentes sobre os veículos.

9.4. Indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para tratativas relativas à entrega, manutenção, sinistros, recolhimentos e substituições.

9.5. Providenciar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, a substituição do veículo por outro de categoria equivalente ou superior sempre que houver indisponibilidade por pane, sinistro, furto, roubo, manutenção preventiva ou corretiva, nos prazos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.

9.6. Entregar cada veículo devidamente abastecido, acompanhado da documentação obrigatória e das apólices vigentes, bem como manter a regularidade documental e a cobertura securitária durante toda a vigência contratual.

9.7. Instalar e manter, quando exigido para o item, sistema de rastreamento e monitoramento em funcionamento, com acesso via plataforma web e/ou aplicativo, relatórios gerenciais e suporte técnico incluídos.

9.8. Providenciar a identificação visual dos veículos conforme padrão institucional definido pela Administração e manter a qualidade da plotagem, reparando ou substituindo quaisquer elementos que apresentem desgaste, descolamento, desbotamento ou avaria.

9.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comprová-las sempre que solicitado.

9.10. Apresentar, trimestralmente, ou sempre que formalmente solicitado, relatórios gerenciais contendo informações sobre veículos disponibilizados, sinistros, ocorrências relevantes, autos de infração e manutenções preventivas e corretivas realizadas.

9.11. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, qualquer alteração de seus dados cadastrais, societários, bancários, fiscais, operacionais ou de contato.

9.12. Reparar, corrigir, remover, substituir ou regularizar, às suas expensas e nos prazos fixados pela fiscalização, qualquer falha, irregularidade, vício, defeito ou desconformidade verificada na execução do objeto.

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124 inc. II alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.17. Responder pelos vícios e danos decorrentes do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não sendo essa responsabilidade reduzida pela fiscalização ou pelo acompanhamento da execução contratual.

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na [Lei Federal nº 13.709/2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos automotores zero quilômetro, sem uso anterior, devidamente licenciados, emplacados, segurados, em perfeitas condições de circulação, segurança, limpeza, conservação e funcionamento, observadas as especificações técnicas mínimas do item contratado.

10.2. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá apresentar, para cada veículo: a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV; b) comprovação de quitação do IPVA; c) comprovação de regularidade do seguro obrigatório, quando aplicável; d) apólice de seguro vigente com as coberturas exigidas; e) relação completa de identificação do veículo, contendo, no mínimo, marca, modelo, ano de fabricação, ano/modelo, placa, Renavam, chassi, cor, categoria, número da apólice e data de vencimento do licenciamento.

10.3. Os veículos deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE, devidamente abastecidos com o tanque completo, acompanhados da respectiva documentação obrigatória e, quando exigido para o item, com sistema de rastreamento e monitoramento devidamente instalado, configurado e em funcionamento.

10.4. A CONTRATADA deverá comprovar, no momento da entrega, a propriedade ou a legítima posse dos veículos disponibilizados, admitindo-se veículos adquiridos por financiamento ou arrendamento mercantil, desde que assegurada sua plena disponibilidade para a execução contratual.

10.5. Os veículos deverão observar o padrão institucional de identificação visual definido pela CONTRATANTE, competindo à CONTRATADA providenciar e manter a plotagem, logomarca, numeração e demais elementos visuais exigidos, vedada a inserção de marca, logotipo, nome empresarial ou qualquer elemento promocional da CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses legalmente obrigatórias.

10.6. Ao término do contrato, caberá à CONTRATADA retirar todos os elementos de identificação visual e quaisquer equipamentos ou acessórios instalados, restaurando os veículos às suas condições originais, sem ônus para a Administração.

10.7. A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução imediata, contínua e tempestiva de toda a manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, abrangendo revisões, inspeções, substituição de pneus, peças, acessórios, filtros, fluidos, componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, alinhamento, balanceamento, cambagem, regulagens e todas as demais intervenções necessárias ao perfeito estado de uso e trafegabilidade da frota, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

10.8. A retirada, o transporte, o recolhimento e a devolução dos veículos destinados à manutenção preventiva e/ou corretiva correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus financeiro, operacional ou logístico para a CONTRATANTE.

10.9. Sempre que a manutenção preventiva ou corretiva implicar indisponibilidade do veículo por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, contado da formal disponibilização do veículo pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus adicional, a imediata substituição por outro veículo de categoria equivalente ou superior, em condições adequadas de uso e com características compatíveis com o objeto contratado.

10.10. Em caso de pane, falha mecânica, elétrica, eletrônica ou qualquer outra ocorrência que comprometa o uso regular e seguro do veículo, a CONTRATADA deverá atender ao chamado da CONTRATANTE no prazo máximo de 1 (uma) hora, providenciando suporte técnico no local ou adotando as medidas necessárias ao pronto restabelecimento da operacionalidade.

10.11. Constatada a impossibilidade de saneamento imediato da ocorrência, ou verificado que o reparo não poderá ser concluído em prazo compatível com a necessidade do serviço, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a imediata substituição do veículo por outro de categoria equivalente ou superior, apto ao regular atendimento da demanda administrativa.

10.11.1. Nos casos de sinistro, perda total, furto, roubo ou qualquer ocorrência que torne o veículo indisponível para uso, a CONTRATADA deverá substituí-lo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro veículo do mesmo grupo/categoria ou superior, com características equivalentes ou superiores às inicialmente contratadas, pelo tempo que se fizer necessário.

10.11.2. Na hipótese de substituição provisória prevista no item anterior, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da disponibilização do veículo substituto provisório, entregar veículo compatível com as condições originais do contrato, inclusive quanto às especificações técnicas exigidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

10.11.3. Os veículos deverão ser substituídos, no máximo, ao completarem 24 (vinte e quatro) meses de disponibilização à Administração Municipal, desde que haja vigência contratual suficiente para tanto, bem como imediatamente quando atingirem 100.000 km (cem mil quilômetros) de utilização, devendo a substituição ocorrer por veículo novo, sem uso, de modelo corrente ou superior e com especificações equivalentes ou superiores às inicialmente contratadas.

10.12. Caso a CONTRATADA não disponibilize o veículo locado ou o respectivo veículo reserva nos prazos estabelecidos, será efetuado desconto proporcional, pro rata die, correspondente ao período em que a CONTRATANTE permanecer sem a efetiva disponibilidade do veículo, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

10.13. A CONTRATADA deverá manter canais permanentes e eficazes de comunicação e atendimento, compreendendo, no mínimo, telefone fixo, telefone celular, endereço eletrônico e central de atendimento operacional 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para abertura de chamados, registro de ocorrências, solicitação de socorro, reboque, remoção, substituição de veículos e demais intercorrências relacionadas à execução contratual.

10.14. No valor mensal da locação deverá estar incluído seguro total, a ser contratado e mantido pela CONTRATADA, com cobertura mínima de responsabilidade civil por danos materiais, corporais, pessoais e morais causados a terceiros, inclusive em caso de morte, observados, no mínimo, os seguintes limites: a) danos corporais a terceiros, inclusive despesas médicas: R\$ 600.000,00; b) danos materiais a terceiros, por acidente e por veículo: R\$ 600.000,00; c) danos morais causados a terceiros: R\$ 100.000,00; d) assistência 24 horas para veículos e passageiros, com serviço de guincho sem limitação de quilometragem.

10.15. Quando aplicável à natureza do veículo e à respectiva destinação de uso, deverá estar incluído no custo da locação o Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatório - RCO, em montante suficiente ao credenciamento junto ao DETER/SC, observada a regulamentação vigente.

10.16. A vigência da apólice deverá abranger todo o prazo contratual, inclusive eventual prorrogação, cabendo à CONTRATADA promover sua renovação tempestiva, sem solução de continuidade da cobertura.

10.17. Na hipótese de furto, roubo, colisão, avarias, sinistro ou perda total dos veículos locados, os prejuízos, custos de reparação, franquias securitárias e demais despesas correlatas serão, em regra, de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ressalvadas apenas as hipóteses em que houver comprovação, em procedimento administrativo regular, de culpa exclusiva, dolo ou mau uso imputável a servidor ou condutor autorizado pela CONTRATANTE.

10.18. A mera ocorrência de sinistro, avaria ou dano ao veículo não gera, por si só, obrigação de ressarcimento pela CONTRATANTE. Eventual ressarcimento à CONTRATADA somente será admissível após conclusão definitiva de procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.19. Independentemente da contratação do seguro, permanecerão sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, o atendimento aos veículos no local da ocorrência, o reboque, a remoção, a assistência 24 horas, o acompanhamento administrativo dos sinistros, a gestão da manutenção preventiva e corretiva e o controle da documentação obrigatória de circulação.

10.20. Caberá à CONTRATANTE arcar com o pagamento das multas decorrentes de infrações à legislação de trânsito cometidas no período em que o veículo estiver formalmente disponibilizado à sua utilização, desde que atribuíveis a seus condutores autorizados e observados os procedimentos de identificação do condutor, defesa e recurso previstos na legislação aplicável.

10.21. O pagamento das multas pela CONTRATANTE somente será efetuado após o encerramento das fases administrativas de defesa e recurso cabíveis, devendo, após a quitação, ser encaminhado à CONTRATADA o respectivo comprovante de pagamento para fins de controle e regularização cadastral do veículo.

10.22. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE a lavratura de autos de infração, notificações de autuação, notificações de penalidade ou quaisquer outras ocorrências relacionadas a infrações de trânsito imputadas aos veículos locados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do término do prazo legal ou regulamentar para indicação do condutor infrator ou apresentação da defesa correspondente.

10.23. Caso a CONTRATANTE não seja formalmente comunicada pela CONTRATADA no prazo referido no item anterior, de forma a comprometer ou inviabilizar a indicação do condutor responsável ou o exercício do contraditório e da ampla defesa, a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelo pagamento das multas, encargos, taxas, despesas acessórias e demais ônus decorrentes da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), o CONTRATADO que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato.

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156 § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156 § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156 § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.2.4. Os percentuais de multas a serem aplicadas seguirão o disposto no item 8 do Edital.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156 § 9º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156 § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ** (*****) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021](#)):

11.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.5.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente ([art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal ([art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. Ficarão ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, nos termos do [art. 131 caput da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, vide [art. 14 inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: *****.

13.1.2. Fonte de Recursos: *****.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na

[Lei Federal nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 8.078/1990](#), e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do [art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de Balneário Camboriú para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Balneário Camboriú, ** de ***** de ****.